Dois significados de uma mesma expressão

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Reguladores usam "arbitragem regulatória" como acusação. Fundadores a usam como estratégia. Ambos descrevem o ato de escolher onde ser regulado. A expressão encobre a única pergunta que importa: se as regras da jurisdição escolhida se aplicam, de fato, ao negócio. Em seu sentido legítimo, arbitragem significa selecionar a jurisdição cujo direito se ajusta ao negócio, estabelecer o negócio ali com a substância que a lei exige e aceitar integralmente a supervisão dessa jurisdição. Toda multinacional faz isso. A Suíça e Singapura construíram seus centros financeiros justamente por serem escolhidas. Nenhuma das duas penaliza uma empresa por preferir o direito das fundações de Zug ou os incentivos a fundos de Singapura aos de um concorrente. Em seu sentido ilegítimo, arbitragem significa instalar uma caixa postal (letter-box) em uma jurisdição de regras leves enquanto o negócio é conduzido, os clientes são atendidos e as decisões são tomadas em outro lugar, de modo que nenhuma das jurisdições supervisione o que realmente acontece. É isso que a FINMA e a MAS (Monetary Authority of Singapore) penalizam. A linha divisória entre os dois sentidos é a substância.[1]

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

A distinção importa porque o setor de ativos digitais tem um breve histórico do tipo ilegítimo. Corretoras registradas nas Seychelles operavam a partir de Hong Kong. Credores mantinham sociedades em Singapura e conduziam as operações sem qualquer presença em Singapura. Emissores de tokens usavam associações suíças cuja única atividade na Suíça era a assinatura de um notário. Prestadores voltados exclusivamente ao exterior ocupavam escritórios em Singapura e atendiam a todos, exceto aos singapurenses. Cada caso provocou uma resposta regulatória. O regime DTSP de 30 de junho de 2025 é a resposta de Singapura ao último. As medidas coercitivas da FINMA contra empresas sem licença e seus alertas públicos são a resposta da Suíça aos demais. Este capítulo expõe o que ambos os reguladores penalizam, o que significa substância em termos jurídicos, até onde alcançam as regras de cada jurisdição além de suas fronteiras e, por fim, uma matriz de decisão para dez modelos de negócio que aplica as lições de toda esta parte.

Notas

1. O ponto é formulado nas palavras dos próprios reguladores. MAS, Response to feedback received on proposed regulatory approach for digital token service providers under FSMA, 30 de maio de 2025, explicando que não licenciaria prestadores cuja atividade não tenha vínculo substancial com Singapura além de uma sede registrada. FINMA, Annual Report 2023, seção sobre supervisão de fintechs, descrevendo medidas coercitivas contra entidades que usavam um endereço suíço para sugerir supervisão suíça enquanto operavam no exterior. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.